

ARQUEOLOGIA DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA: A CONTRIBUIÇÃO DE THORSTEIN VEBLÉN

Vagner Luís da SILVA¹

RESUMO: Avaliar alguns dos componentes teóricos de Thorstein Veblen (1857-1929), economista e sociólogo norte-americano, que dizem respeito ao melhor da tradição interdisciplinar da sociologia econômica clássica é o objetivo deste artigo. Aceita convencionalmente como uma das críticas mais originais ao capitalismo, a teoria vebleniana carrega a percepção das relações sociais em termos de instintos, hábitos de vida e pensamento e institucionalização de padrões de conduta, elementos de referência para a compreensão de seu institucionalismo. Assim, o nosso percurso neste texto orientou-se pelas críticas metodológicas do pensador à tradição econômica neoclássica e pela particular interpretação das ciências sociais presente em sua obra, redundando numa aproximação dos universos disciplinares da sociologia e da economia.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia econômica. Institucionalismo. Economia neoclássica. Hábitos.

O foco interdisciplinar

Nos últimos anos, no Brasil, muito se tem escrito sobre a sociologia econômica, revelando esforços que se orientam pela renovação do campo de pesquisa e pelo alargamento do leque de interesses do saber sociológico. É certo que algo dessa tendência deve-se à influência norte-americana e européia, pois, desde os anos 80, a mistura de temas e elementos discursivos do universo disciplinar da economia e da sociologia adquiriu um fôlego extra por aqueles lados².

¹ CEFET SP. Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo. São Paulo – SP – Brasil. 11533-160 – vagnersilva125@bol.com.br

² R. Swedberg (2004) compõe um importante esboço desse percurso, apontando os temas e os autores de maior relevância na cristalização da sociologia econômica nas últimas décadas.

Com boa dose de simplismo, podemos dizer que na sociologia econômica contemporânea – ou Nova Sociologia Econômica, na já consagrada expressão – tratamos da incorporação de atributos econômicos na explicação sociológica (tanto quanto poderíamos afirmar sobre a incorporação de atributos sociológicos na explicação econômica). É certo que isso não diz muita coisa, se quiséssemos adotar aqui um significado mais preciso. Porém, menos do que arrefecer os esforços que seguem esse rumo de investigação, o que afirmamos é revelador da bem-vinda amplitude de análise em que se apóiam tais pesquisas, mesmo quando focadas em temas mais específicos³. Afinal, a sociologia econômica sintoniza-se com a interdisciplinaridade de alguns dos melhores clássicos do pensamento social, realçando a natureza social dos fenômenos econômicos e distanciando-se, em algum grau, das interpretações que reduzem o sentido das motivações econômicas exclusivamente ao sujeito da ação.

A demarcação das fronteiras de interesse de sociólogos e economistas, em fins do século XIX e sobretudo ao longo do XX, envolveu uma elaboração mais adequada dos campos de atuação, com ambos os setores procurando enquadrar seus objetos, esquematizar seus métodos e afiar suas teorias para alcançar a glória do status científico e, de algum modo, romper com a matriz universal comum, a filosofia. Nesse sentido, a noção mais ou menos abrangente de ciências sociais diluiu-se em virtude dos compartimentos criados para dar conta das especificidades de cada universo disciplinar. Especificidades que se constituíam em vista do avanço das engrenagens da ciência.

Quer na economia, quer na sociologia, temas, propostas, expectativas e dilemas foram congregados em limites mais estreitos. Circunscrever-se no plano dos economistas implicava aceitar um roteiro temático que envolvia a noção de equilíbrio, mercado, maximização de interesses, especulação, entre outros; roteiro que, na aurora do século XX, orientava-se fortemente pelos neoclássicos. Na sociologia, por sua vez, o debate era assinalado pela compreensão da religiosidade, dos desajustados sociais, da etnicidade, dos conflitos de gênero, entre tantos outros⁴. Não que as fronteiras fossem exatamente rígidas, pois não foi incomum que alguns autores tenham burlado os esquemas de identificação disciplinar, a despeito do risco de tornarem-se párias em seus campos, militando em temas que nitidamente remetiam ao universo disciplinar alheio. Contudo, o padrão de regularidade em cada disciplina

³ A sociologia econômica, na concepção de Swedberg (2004, p.7), pode ser definida “[...] como a aplicação de idéias, conceitos e métodos sociológicos aos fenômenos econômicos — mercados, empresas, lojas, sindicatos, e assim por diante.”

⁴ P. Steiner (2006) sugere que a ruptura entre a sociologia e a economia foi característico da década de 1930 até fins de 70, com os economistas tomando para si o tema da maximização de resultados, a partir da análise individualista, e os sociólogos desconfiando das possibilidades explicativas do individualismo metodológico focado exclusivamente na racionalidade.

harmonizava o produto final de seus filiados, como que balizando as iniciativas que eventualmente procurassem fugir do desenho original do campo de investigação.

De todo modo, a despeito dos rumos tomados por economistas e sociólogos, é razoável aceitar que a sociologia econômica não se realize, nos dias atuais, sem alguma inspiração, ainda que amortecida, dos clássicos do pensamento social. Dentre eles figuram nomes ou escolas que inequivocamente resumem muito da confluência de interesses entre os dois campos: Marx, Weber, Durkheim, Veblen, Simmel, Historicismo alemão e norte-americano, Schumpeter, Polanyi, para ficarmos apenas nos mais famosos (LALLEMENT, 2006; RAUD-MATTEDI, 2005; SWEDBERG, 2004; VINHA, 2001).

Mesmo que a sociologia econômica atual procure reunir um conjunto de temas e conceitos que permitam alcançar novos níveis de elaboração e análise, ela não permanece imune aos autores clássicos que funcionam como matrizes fundadoras, refletindo, ainda que implicitamente, as opções teórico-metodológicas da produção acadêmica contemporânea. Assim, retomá-los pode resultar no reconhecimento da permanência de suas táticas investigativas ou no aprimoramento conceitual dos modelos analíticos que vicejam entre nós. Este artigo aproxima-se dessa expectativa. O objetivo que nos norteia envolve a apresentação e análise do patrimônio teórico de Thorstein Veblen (1857-1929), relevando os aspectos mais singulares de um esforço intelectual que partilha do status de uma sociologia econômica clássica.

Veblen, desde sua formação até a maturidade de sua carreira acadêmica, passou pela filosofia, sociologia e economia. O resultado geral de sua obra aponta para um inequívoco roteiro interdisciplinar. A validade de seu trabalho para o entendimento da história do pensamento social pode ser averiguada, sobretudo, pela obstinada crítica empreendida contra a economia neoclássica e na defesa de uma interpretação econômica que incorporava muito do arsenal explicativo da história e da sociologia⁵. Nesse sentido, corroborando a interdisciplinaridade da sociologia econômica, procuramos explorar a análise vebleniana a partir de dois pontos convergentes em sua obra: (1º) a crítica à dominante economia neoclássica de seu tempo e (2º) a aposta em uma ciência social pluralista que pudesse viabilizar o estudo econômico em novos horizontes.

Antes, porém, é preciso apresentar uma pequena nota de esclarecimento. O conjunto teórico proposto por Veblen entrou para a história do pensamento social frequentemente vinculado a expressões como economia evolucionária e institucionalismo. Assim, não é incomum que se estabeleça certa confusão quanto

⁵ Como bem apontou E. Hobsbawm (1988, p.378): “[...] boa parte do que hoje seria classificado como sociologia era trabalho de homens que ainda continuavam a se considerar de outras áreas; [a exemplo] Thorstein Veblen, economista.” No mesmo livro, o historiador inglês define Veblen como “sociólogo apartidário de grande originalidade” (HOBSBAWM, 1988, p.238).

à nomenclatura da análise social pretendida pelo pensador. A análise institucional, como queria Veblen, não deveria se restringir à análise da economia como atividade que, por si só, esgotasse todas as possibilidades de compreensão de uma manifestação social. Mas, ao contrário, o estudo econômico é que deveria ser plural se quisesse se firmar como uma interpretação robusta do desenvolvimento humano. Plural, para o caso da teoria vebleniana, significava incumbir o cientista social de uma multiplicidade de variáveis capaz de produzir uma análise competente e ampla da sociedade. Nesse sentido, a expressão economia institucional, após Veblen, encampou a economia evolucionária e seguiu por rumos que, muitas vezes, pouco tinham a ver com o autor⁶.

Apesar de ter usado em abundância o termo economia evolucionária, Veblen não se preocupou em cunhar a expressão institucionalismo. Mesmo tendo empregado, de forma corriqueira, instituições, mudança institucional, institucionalização e demais expressões que fixam claramente o estudo da estrutura de valores e da dinâmica das organizações sociais, o autor abdicou de fixar o termo institucionalismo. Veblen não denominou de teoria institucional o seu conjunto teórico, mas o modo insistente como procurou entrelaçar as suas formulações, como instinto, hábitos, instituições, entre outras, fornece-nos as indicações necessárias para a sua ciência social nos moldes do que se convencionou posteriormente na economia como teoria institucional⁷. Por fim, quando Veblen fala de economia evolucionária deve-se compreendê-la como a extensão – ou talvez um esforço de sistematização – de sua metodologia para a análise institucional. *Stricto sensu*, a economia evolucionária é o estudo da adaptação, mudança ou a conservação de instituições bem sucedidas através da história, daí sua aceitação como institucionalismo. Portanto, se não ocorre nas ciências sociais, ao longo do século XX, um institucionalismo como teoria homogênea, temos, em contrapartida, uma teoria institucional vebleniana, haja vista os esforços do autor norte-americano em expor formulações conceituais e concatená-las entre si, numa nítida busca, a nosso ver, pela definição de uma teoria. Assim, ao enfrentarmos temas afeitos à economia neoclássica, lembramos que o fazemos sob o ponto de vista da compreensão da teoria institucional vebleniana, momento em que sua sociologia econômica exibe-se de forma mais expressiva. Renunciamos, para o caso, à discussão

⁶ Sublinhe-se que o termo evolucionário implicava na aceitação de elementos darwinistas, o que foi visto, pelo século XX afora, como fora de moda ou pejorativo demais quando vinculado à investigação social.

⁷ Monastério (1998, p.39) lembra que Veblen “[...] nunca usou o termo institucionalismo para rotular sua teoria.”, apontando que a expressão economia institucional somente se consagraria nos Estados Unidos a partir dos anos 30. Lallement (2006), por sua vez, vinculou a palavra institucionalismo à tradição historicista presente na economia norte-americana desde fins do XIX, quando os estatutos de 1918 da *American Economic Association* demarcaram a importância das instituições para a ciência econômica; o termo institucionalismo entrou em vigor para identificar os que aderiam a essa perspectiva analítica.

rigorosa das particularidades da ciência econômica, quer seja pelo destino a que nos levariam ou por não dizer respeito à tarefa que nos impomos neste artigo.

Os limites do modelo neoclássico

No cuidado para moldar sua análise econômica de modo a enquadrá-la num sistema coerente de princípios, Veblen defrontou-se com uma tradição na economia que se constituía, no seu entender, na oposição imediata a uma ciência social mais plural: a economia neoclássica⁸. É certo que o que se entende por economia neoclássica pressupõe um número extenso de autores – L. Walras, A. Marshall, V. Pareto, W. S. Jevons, C. Menger, entre outros. Também é aceito que os neoclássicos desdobram suas posições, sobretudo a teoria do valor, a partir do debate oriundo entre autores da primeira metade do XIX – J. Bentham, J. B. Say, N. Sênior e demais. Logo, os horizontes da discussão na economia neoclássica são amplos. Considerando seus temas e os vários economistas que sobre eles se debruçaram, temos um cenário de discussão acadêmica cujas fronteiras são demasiadamente difíceis de estabelecer. De forma reduzida, a economia neoclássica foi responsável por executar uma análise mais formal das relações mercadológicas, nos rigores da matemática, demarcando os princípios de uma teoria do valor baseada na utilidade dos bens de consumo, sendo a noção da utilidade marginal decrescente (marginalismo) sua contribuição mais notória.

Veblen, entretanto, examinou a economia neoclássica sob um ângulo restritivo, desconsiderando a variedade de argumentos que se desenrolaram em seu interior. Restringiu-se à observação do valor utilidade, em sua natureza subjetiva, encarado pela racionalidade individual, como componente do equilíbrio entre oferta e demanda de bens. Partindo dessa perspectiva, o autor identificou os neoclássicos com uma análise econômica estática, pretensamente enriquecida pela formalização matemática. Nesse sentido, o utilitarismo já presente na primeira metade do XIX era, conforme Veblen, o ponto de difusão da argumentação neoclássica. As premissas do utilitarismo desenvolvido pelos neoclássicos estabeleceram como central o comportamento racional dos indivíduos. A maximização dos ganhos privados, a exaltação da vontade particular, a natureza essencial do mercado e os desdobramentos afins desse modelo foram encarados como padrões básicos para a metodologia econômica da ocasião.

⁸ A caracterização de “sistema neoclássico”, referente ao pensamento econômico de meados do XIX em diante, foi atribuída aos seus principais ícones e consagrada posteriormente (GALBRAITH, 1989, p.81). Veblen não usou a expressão “neoclássica” em seus textos, chamando os economistas dessa tradição de marginalistas, utilitaristas ou clássicos — permitindo nessa última expressão certa confusão com os teóricos da economia política do começo do XIX. Fazendo uso de uma bem sucedida consagração do termo, denominamos nessa discussão tais economistas de neoclássicos ou marginalistas.

Apesar de ter sido iniciado nos saberes da economia, Veblen moldou sua análise sociológica, segundo Coser (1980, p.400), visando “[...] solapar os pressupostos da economia clássica e neoclássica [...]” que tanto dominavam a academia quanto eram parte da “estrutura cultural da livre empresa americana”. É claro que a presença dos neoclássicos foi bem-vinda na ótica dos industriais do país. A livre empresa não deixou de contar com um suporte teórico mais adequado quanto à organização e funcionamento do mercado, bem como na preparação de um corpo administrativo capaz de avaliar as possibilidades de maximização de resultados de modo mais seguro. Dado o brutal desempenho econômico dos Estados Unidos, já em fins do XIX, foi natural que a receptividade do pensamento neoclássico tivesse alcançado níveis expressivos, sendo largamente desenvolvido no país pelo menos até o impacto de Keynes (PAULA, 2005). Veblen partiu das posições neoclássicas mais centrais e da atmosfera acadêmica e empresarial, na qual elas eram aceitas, para tecer suas argumentações na contramão de tudo isso.

O limite explicativo, a falta de rigor na análise econômica como ciência da sociedade e a ausência de uma visão histórica foram apontadas como falhas básicas na produção científica daqueles economistas, conforme Veblen. O autor procurou enumerar as fragilidades dessa escola quanto à sua fundamentação individualista, preparando, simultaneamente, o terreno para lançar sua economia evolucionária em novos níveis de análise.⁹

[Na economia neoclássica] a concepção hedonista do homem apresenta-o como um calculador de prazeres e dores, que oscila como um glóbulo homogêneo de desejo de felicidade sob o impulso de estímulos que o movem no espaço, deixando-o intacto. Ele não tem antecedente nem conseqüente. É um dado humano isolado, definitivo, em equilíbrio estável exceto pelas bofetadas das forças que o movem em uma direção ou outra. (VEBLEN, 1969, p.73-74).

Evidencia-se o incômodo de Veblen quanto à singularidade do sujeito social, presente entre os marginalistas como um indivíduo disposto a maximizar suas vantagens em função dos desejos de satisfação. O marginalismo, como consagrado à época, supunha poder calcular o comportamento racional dos indivíduos nas relações mercadológicas; o consumo e a satisfação eram componentes passíveis de mensuração, num quadro de análise em que a quantificação matemática era mais relevante do que

⁹ Apesar de as discussões econômicas permearem toda a obra vebleniana, os livros *The Place of Science in Modern Civilization and Other Essays* e *Essays in our Changing Order* reúnem os artigos mais importantes no que diz respeito às críticas da economia neoclássica. Entre os mais significativos destacamos: *Why is economics not an evolutionary science?* (1898), *The preconceptions of economic science* (1899), *Professor Clark's economics* (1908), *The limitations of marginal utility* (1909), *Böhm-Bawerk's definition of Capital and the source of wages* (1892) e *Fisher's rate interest* (1909).

a história. O jogo das relações sociais, nos moldes da interpretação antropológica, pouco dizia aos neoclássicos se não se pudessem avaliar os condicionantes que permitiam o equilíbrio econômico. A abstração dos valores, a demanda, a produção e oferta de bens, os preços e os custos industriais adquiriram importância central, a despeito de serem focalizados a partir dos indivíduos e seus desejos e não do conjunto social historicamente compreendido (VEBLEN, 1964b).

Para Veblen, apostar no hedonismo era um ponto frágil e circunstancial do marginalismo, na medida em que reduzia a investigação social a uma dimensão ímpar do problema. Tal tática desconsiderava que os indivíduos, num quadro de relação social, tinham freqüentemente motivações diversas daquelas esperadas quando tomados singularmente. Não equacionava as motivações coletivas, os valores de grupo social, as forças históricas presentes na configuração de padrões de comportamento ou, em resumo, não era capaz de dar atenção à estrutura institucional que permeia a sociedade. Ao estudar os trabalhos de I. Fisher, fiel defensor do marginalismo da escola austríaca nos Estados Unidos, Veblen (1964b, p.163) deslocou a possibilidade do indivíduo na maximização de vantagens adicionais:

No esquema teórico austríaco clássico o centro e a circunferência da vida econômica é a produção do que um escritor sobre ética teria chamado de “sensações de prazer”. As sensações de prazer somente são produzidas por objetos físicos tangíveis (incluindo pessoas) agindo sobre os sentidos.

Qual seria a capacidade do indivíduo, envolvido na trama social, de antecipar suas necessidades para poder acumular vantagens? Em que medida o sujeito conseguiria dispor racionalmente de seus objetivos a fim de conquistá-los? Em vista das incertezas quanto ao poder exclusivo de uma ação teleológica, Veblen chamou a atenção para o turbilhão de eventos que deveria ser considerado na composição das instituições sociais. Para o autor, as vantagens adicionais, como garantias das “sensações de prazer”, nem sempre poderiam ser calculadas, pois, no mais das vezes, não seriam inteligíveis.

Veblen considerou demasiadamente otimistas as posições dos economistas neoclássicos quanto às premissas que envolviam o utilitarismo, pois não levavam em consideração as preferências e os desejos que se instalavam no indivíduo num nível psíquico, ambiente cujas motivações estão impregnadas de condicionantes impenetráveis. A fonte dessa análise, como ele bem apontou, seriam os economistas britânicos da tradição clássica. No entanto, foram os teóricos do marginalismo que mais avançaram neste terreno, em sua opinião, firmando-se pelo refinamento, pela clareza e adequação da teoria e, sobretudo, pela renovada arquitetura conceitual que envolvia o *homo economicus* (VEBLEN, 1969).

A despeito de o autor procurar assegurar ao indivíduo um *quantum* de racionalidade e avaliação teleológica, sua idéia de ação apresenta-se sobredeterminada com alguma motivação instintiva e muita carga cultural. Os imperativos herdados socialmente compõem a ambientação necessária para que os instintos manifestem-se — pecuniário, da produção, da curiosidade. Em sua teoria, os chamados hábitos de vida cristalizam hábitos de pensamento, viabilizando a ação apenas nos limites das normas instituídas (VEBLEN, 1969). Partindo de Veblen, sabemos que as disposições habituais institucionalizadas na sociedade são as principais referências para a conduta social, freqüentemente deixando o sujeito alheio quanto à origem ou aplicabilidade plena de tais disposições (VEBLEN, 1965).

Na concepção vebleniana, os elementos que os marginalistas tentam compensar como objetivos têm uma dimensão subjetiva, estando presos, ademais, num encadeamento social necessário e nem sempre aparente. Conjecturam que o equilíbrio de prazeres e dores possa ser abstraído pela análise econômica em sua totalidade, sem a contribuição da interpretação histórica, sociológica, antropológica. Imaginam capturar as condições em que se apresentam os elementos subjetivos, mesmo por que tais “condições são presumidas como normais e invariáveis”.

[Porém, as disposições habituais] são questões da história de vida de uma raça ou uma comunidade, questões de crescimento cultural e da sorte de gerações, enquanto que [a abstração de prazeres e dores] é uma questão de casuísmo individual diante de uma dada situação que pode surgir no curso desse crescimento cultural. As primeiras pesam sobre a continuidade e as mudanças desse esquema de conduta pelo qual a humanidade luta por seus meios materiais de vida; a última, se a concebermos em termos hedonistas, refere-se a um episódio desconectado da experiência sensorial de um membro individual de tal comunidade. (VEBLEN, 1969, p.240).

Nesse sentido, as contribuições dos neoclássicos na análise econômica do equilíbrio, da determinação do valor a partir da demanda e dos custos de produção, da concorrência e demais situações mercadológicas, faziam-se pela ótica dos interesses individuais. A natureza humana foi ornada, quase exclusivamente, de uma racionalidade que conjugava liberdade, onisciência dos fins visados e compensação de prazeres. Lembrado apenas como coadjuvante, o universo histórico-cultural pouco dizia na apreensão da realidade econômica.

É evidente que não pode haver equilíbrio, nem comensurabilidade, entre a inutilidade (a dor) do trabalhador que produz os bens e a utilidade (o prazer) do consumidor que os consome, visto que estes dois fenômenos

hedonistas produzem-se na consciência de pessoas distintas. Não há continuidade do tecido nervoso no intervalo que há entre consumidor e produtor, e uma comparação direta, equilíbrio, igualdade ou discrepância a respeito de prazeres e dores pode não ser encontrada, exceto dentro de cada auto balanceado complexo individual de tecido nervoso. (VEBLEN, 1969, p.204).

Veblen apontou que na investigação utilitarista havia um deslocamento dos agentes maximizadores em relação às condições em que se definiam seus objetivos — considerando o presumido jogo de interesses em que se realiza essa relação. Tal situação não podia ser observada de forma rigorosa neste tipo de investigação por conta de uma análise estática, fundada em suposições a-históricas. De um lado, a popularização do utilitarismo entre os economistas da época se caracterizava simultaneamente pelo distanciamento da cultura e pela possibilidade de mensuração de variantes individuais e mercadológicas num plano matemático, não sem alguma referência — ou sedução — aos sucessos das ciências formais.¹⁰ Por outro lado, menos que a produção, era a esfera do consumo que ganhava centralidade entre os neoclássicos, justificando as relações mercadológicas e, no limite, naturalizando o sistema de preços, os proprietários ausentes, a classe ociosa, o poder predatório, a especulação e todas as expressões utilizadas na teoria vebleniana para nomear os que eram avessos à eficiência produtiva.

Para Veblen (1969), o individualismo hedonista constituiu-se na base de uma cadeia de argumentações pronta a ruir diante da incapacidade para avaliar os fenômenos da vida econômica; toda a metodologia neoclássica ancorava suas convicções nessa base ultrapassada, cujo suporte não coadunava com a antropologia e a psicologia modernas. Conseqüência disso, na sua avaliação, era o reduzido raio de alcance da análise econômica marginalista, pois pecava pela padronização das condutas, dos gostos, dos procedimentos, enfim, de toda a ação econômica, supondo-as imunizadas em relação à dinâmica social. O consumo exibicionista, a exemplo, convidaria a uma análise diversa daquela em que o equilíbrio e a padronização do mercado são tomados como referência. Quando o aumento do preço de um bem leva ao aumento de sua procura — o “efeito Veblen” —, temos um cenário em que o prestígio social, a evidência de poder e a ostentação adquirem tal relevância que somente poderiam ser investigados plenamente considerando-se fatores como história, cultura ou a dinâmica das relações sociais, como sugeriu o autor.

¹⁰ Talvez Walras tenha sido o mais inspirado pelas ciências formais, tentando promover uma economia alinhada diretamente com a mecânica clássica (CANUTO, 2002, p.204).

Ademais, Veblen considerava alguma tendência justificadora das condições de propriedade e poder no tipo de análise empreendida pelos marginalistas. Isto é, considerando-se que a formação de preços era interpretada em termos de curva de oferta e curva de demanda, como divulgada entre os economistas de então, o discurso neoclássico como que convergia para respaldar o mercado e aqueles que dele se beneficiavam. A ciência econômica, ponderou o teórico, ancorada no utilitarismo hedonista tornou-se uma teoria da distribuição.

E, consistente com o espírito do hedonismo, esta teoria da distribuição é centrada sobre uma doutrina do valor de troca (ou preço) e tem produzido seu esquema de distribuição (normal) em termos de preço (normal). A comunidade econômica normal, sobre a qual tem convergido o interesse teórico, é uma comunidade de negócios, centrada no mercado, cujo esquema de vida condiz com um esquema de lucros e perdas. Igualmente quando alguma considerável atenção é ostensivamente devotada para teorias de consumo e produção, nestes sistemas de doutrinas as teorias são construídas em termos de propriedade, preço e aquisição, reduzindo-se elas próprias em termos de doutrina de aquisição distributiva. (VEBLEN, 1969, p.182-183).

A economia evolucionária como sociologia econômica

Veblen pouco se deteve nas especificidades do debate neoclássico, limitando-se essencialmente a atacar suas posições mais gerais. Dedicou particular atenção apenas a alguns pontos dessa tradição. O utilitarismo individualista, a exemplo, considerado o eixo explicativo dessa escola, rendeu vultosas considerações do autor. Ao agrupar a economia utilitária num mesmo conjunto, atribuiu-lhe, com certo simplismo, uma identidade única que não correspondia de fato à pluralidade de seus adeptos¹¹.

É correto que a economia que se seguiu pelo século XIX, uma vez cristalizada a tradição de Smith e Ricardo, foi marcada pela variação de temas e escolas, emoldurada pela aceitação do capital, pela revolução ou pela explicação econômica nos moldes científicos, tão ao gosto daquele instante. Galbraith (1989) apontou pelo menos três categorias de investigação econômica desse período. A dos pensadores que se opunham aos britânicos, quanto à distribuição de riqueza, pois eram oriundos de países cujo desenvolvimento industrial ou tradição filosófica não combinava com o histórico da ilha. A categoria daqueles que procuravam uma justificativa social e moral para a miséria de parcelas significativas da sociedade, vivendo às margens dos benefícios

¹¹ Por esta razão, Diggins (1983, p.86) qualificou a crítica vebleniana aos neoclássicos de “pura caricatura”, por ser incapaz de fazer justiça à “riqueza e complexidade” dessa análise econômica.

da Revolução Industrial. E, por fim, os que tentaram aperfeiçoar a teoria dos preços e da distribuição, nos dizeres de Galbraith (1989, p.81), focando “os preços, salários, juros, aluguéis e lucros”. Os pensadores dessa categoria “moldaram inferências às vezes ambíguas”, mas que constituíam um “conjunto sólido, intelectualmente completo e internamente coerente”. Os seguidores da utilidade marginal foram os componentes dessa categoria, produzindo alguns princípios gerais que tomavam a análise da ação individual como origem e destino. Lembramos que é este conjunto coerente em suas generalidades, sobretudo, que chamou a atenção de Veblen.

Porém, a discussão vebleniana na economia não ficou restrita ao individualismo hedonista, mas avançou em observações que tentaram deslocar o sentido daquela tradição. Apresentou, por conseqüência, a base sobre a qual se organizou sua economia evolucionária, momento em que sua interpretação sociológica emerge com mais vigor. A compreensão do que é ser evolucionário em Veblen demanda, em primeiro lugar, o seu entendimento de ciência moderna.

É sabido que a influência da obra de Darwin foi singular para a época e para Veblen, por isso ele se preocupou em definir uma ciência pré-darwinista e uma pós-darwinista. Os que se agrupavam no primeiro time eram guiados pela prática taxonômica, marcada por uma investigação científica em que a “definição e a classificação” constituíam a essência do trabalho do cientista. Segundo o autor, teriam sido pouco afetados pela “noção moderna de mudança consecutiva”, sendo o ordenamento dos objetos ou dos fenômenos abordado em termos de equilíbrio e ausente de dinâmica (VEBLEN, 1969, p.36). Para a ciência taxonômica, o “centro de interesse e atenção” convergia para um “corpo de leis naturais”, responsáveis pelos fenômenos observados apenas no interior de uma “causação” primitiva; a causalidade na ciência pré-darwinista era frágil na medida em que se orientava por relações imutáveis, nas quais a causa envolvia uma transitoriedade natural e já presumida (VEBLEN, 1969, p.36-37).

A ciência pós-darwinista, na avaliação de Veblen, seguia um rumo diverso de sua antecessora. O processo de causação deveria se sintonizar com uma abordagem da “mudança consecutiva”, na qual a transição entre a causa e o efeito não seria presumida, apenas avaliada sem “fins definitivos”. A idéia de evolução cumulativa e contínua nesse grupo, na aposta de Veblen, forneceria uma explicação isenta da linearidade viciada dos pré-darwinistas. Na ótica vebleniana, para se enquadrar na ciência moderna, a investigação tinha de se orientar pelo evolucionismo, com uma análise genética dos fenômenos que se apresentavam à observação, isto é, avaliando historicamente a relação causal, sem predeterminação¹². A causalidade inerente

¹² Segundo Copeland (1995, p.57), a concepção vebleniana de um método evolucionário não deixa de apresentar certa fascinação pelas ciências naturais, ao imaginar que sua ciência social poderia constituir-se numa delas.

aos preceitos evolutivos deveria contemplar a dinâmica própria dos eventos ou fenômenos investigados, sob o risco de se reduzirem suas conclusões à teleologia de uma causalidade estática em que o antecedente e o conseqüente já estariam postos (VEBLEN, 1969).

Na expectativa de solucionar a razão da permanência de padrões de investigação ou de “pontos de vista científicos”, Veblen (1969, p.38-39) aproximou seu entendimento de ciência do conceito de hábitos.

Um ponto de vista científico é um consenso de hábitos de pensamento na comunidade, e o cientista é impelido a acreditar nesse consenso, formado em resposta a uma mais ou menos consistente disciplina de habituação na qual a comunidade encontra-se submetida; o consenso pode se prolongar e manter sua força em razão da disciplina de habituação exercida pelas circunstâncias de vida [já estabelecidas].

A atitude investigativa “em matéria de conhecimento” corresponde à formação de hábitos de pensamento, sendo eles próprios envolvidos por forças evolucionárias, permanecendo, adaptando-se ou transformando-se de acordo com a dinâmica dos hábitos de vida. Nesse sentido, Veblen sugeriu que as transformações industriais da era moderna promoveram irremediáveis mudanças institucionais, com novos hábitos de vida e pensamento reformulando a natureza da ciência. As mudanças culturais resultaram em “sérias conseqüências para os métodos e *animus* da investigação científica”, permitindo o redirecionamento das pesquisas em novos “níveis de especulação” (VEBLEN, 1969, p.13-14).

Na era das máquinas, a “indústria, o processo industrial e os produtos industriais” situam-se em posição dominante no esquema cultural, como forças condicionantes na estruturação de hábitos de pensamento. Assim, o industrialismo que seduzia a sociedade do século XIX incorporou a ciência e fez dela seu instrumento, mas não conseguiu suprimir a propensão humana para a investigação permanente do seu ambiente. O instinto da curiosidade ociosa, como definiu Veblen (1969), continuava a impor a incessante averiguação dos fenômenos e dos eventos como regra para libertar o homem das superstições, do mito, do fantástico, em suma do poder de hábitos de pensamento defasados.

O desenvolvimento de novos hábitos de pensamento científico, à época de Veblen, implicava a aceitação das premissas evolucionistas, da qual Darwin foi o principal arquiteto. Mesmo as ciências sociais deveriam orientar-se em função das novas descobertas que impactavam a biologia. Hábitos de pensamento científico que ainda persistiam na mera classificação e definição do objeto não poderiam

responder às novas demandas da ciência. Na sociologia ou na economia não poderia ser diferente.

Nesse sentido, Veblen (1969, p.77) sugeriu uma economia evolucionária como uma “teoria do processo de desenvolvimento cultural determinado pelo interesse econômico” ou, em outras palavras, a “teoria de uma seqüência cumulativa de instituições econômicas”. A proposta, de um lado, inspirava-se no evolucionismo darwinista, aceitando uma dinâmica da vida econômica que correspondia à criação e preservação de instituições no jogo das relações sociais através da história; daí a incorporação do saber sociológico. Por outro lado, a economia vebleniana procurava afastar-se do padrão taxonômico próprio da conduta científica pré-darwinista, presente, segundo ele, entre os marginalistas.

[A economia neoclássica] é hedonista e utilitarista – hedonista na sua teoria e utilitarista em seus ideais pragmáticos e empreendimentos. O postulado hedonista sobre o qual essa linha de teoria econômica é construída é de um caráter e alcance estático, e dessa teoria estática, taxonômica, não se resulta nenhum desenvolvimento. (VEBLEN, 1969, p.191).

A economia neoclássica apresentava uma notória inclinação para reduzir sua investigação ao comportamento individual, mesmo partindo de problemas coletivos. Logo, partilhando de um padrão taxonômico, não conseguia fugir de um esquema explicativo em que a causalidade era apenas estudada com fins já predefinidos. Os neoclássicos, na avaliação de Veblen, não enfrentavam os problemas econômicos do ângulo de uma relação social dinâmica, mas os reduziam a um exercício de abstração, freqüentemente desvinculados de uma causalidade capaz de fornecer a compreensão dos fenômenos em termos de permanência ou ruptura institucional. O equilíbrio, segundo Veblen, passou a dar o sentido da investigação econômica entre os marginalistas. No limite, a inclinação à ordem, ao controle das variantes, à interpretação do individualismo como satisfação de bem-estar, implicavam uma pesquisa com atributo de valor moral.

Veblen avaliou a sociedade como o resultado de instituições econômicas capazes de satisfazer uma certa gama de interesses comuns, cuja razão era garantir a sobrevivência de seus membros. A produção, como fenômeno social amplo, amalgamava as forças gerais da comunidade, no intuito de promover a vida. Uma análise econômica que desprezasse a cultura e a história inviabilizava, por conseqüência, questões de uma “importância dinâmica”, como as questões de “gênesis, crescimento, variação, processo”. Dessa maneira, a argumentação neoclássica freqüentemente particularizava seu objeto de investigação na “[...]”

definição e classificação de uma série de fenômenos limitados mecanicamente.” (VEBLEN, 1969, p.192).

Como outras ciências taxonômicas, a economia hedonista não trata, e é incapaz de fazê-lo, do fenômeno do crescimento, exceto na medida em que ele é tomado em sentido quantitativo de uma variação na magnitude, volume, massa, número, frequência. (VEBLEN, 1969, p.192).

Avessos a uma causalidade que historicamente pudesse explicar a inter-relação dos fenômenos estudados, a redução das variantes pesquisadas engessava as conclusões neoclássicas, atando-as a uma compreensão da sociedade de curto alcance. O capital, a renda, os juros, o trabalho, o salário, tomados como categorias destituídas de historicidade, ao serem avaliados em sua singularidade pelos marginalistas, pouco contribuíam para a apreensão da realidade social de longo prazo. Sintonizavam-se, assim, com uma situação de poder que tendia a preservar as relações econômicas e toda a “estrutura institucional da sociedade” delas decorrente (VEBLEN, 1964b, p.143).

Na perspectiva vebleniana, a filosofia utilitarista, ao longo do XIX, serviu como um suporte ideal no qual se sustentavam os desejos de prosperidade geral da comunidade e a aceitação da propriedade privada. No primeiro caso, a prosperidade era considerada o elemento “central de interesse e de influência” dos indivíduos na expectativa de preservar uma “harmônica ordem natural”; no segundo, a naturalização da propriedade era reforçada por uma estrutura de valores que a incorporava como um “direito natural”, próprio de um discurso oriundo do século XVIII (VEBLEN, 1932, p.135).

Contudo, Veblen procurou examinar a propriedade, à sua época, considerando as novas formas de dominação econômica na era industrial. As novas condições produtivas deram novo vigor às relações financeiras, mediadas por organizações bancárias, bolsas de valores, casas de crédito e similares, fortalecendo uma zona intangível da economia em detrimento de uma estrutura produtiva material. Assim, o autor definiu duas categorias de recursos econômicos: os tangíveis e os intangíveis. Quanto aos primeiros, Veblen os associou à produção material, envolvendo tecnologia, controle da força de trabalho, matéria-prima, potencial energético, gestão administrativa ou, de modo geral, os bens de capital úteis para a geração de riquezas e seus elementos auxiliares. Os segundos foram associados aos “itens imateriais de riqueza”, como ações, títulos, créditos e demais condições de propriedade que separam os seus possuidores da manifestação produtiva, apesar de partilharem do lucro da estrutura industrial (VEBLEN, 1969, p.353-354).

O debate conduzido pelo autor permite algumas ponderações. Em primeiro lugar, Veblen dilatou a compreensão do recurso intangível da economia ao aceitar o *good will* como seu componente essencial. *Good will* foi interpretado como: “[...] relações comerciais, reputação, concessões e privilégios, marcas registradas, qualidades, direitos e patentes, uso exclusivo de processos especializados, controle exclusivo de fontes de materiais.”, entre outros (VEBLEN, 1932, p.139). A capacidade desses recursos imateriais de se ajustarem às demandas especulativas apresenta-se singular, bem como seu poder de agregar valor ao produto industrial.

Em segundo lugar, com a preponderância dos recursos imateriais sobre os materiais, um universo simbólico passou a dar referência para as relações econômicas. Hábitos de pensamento conduziram à legitimação do ócio, do consumo conspícuo, da especulação, da competição por prestígio, minimizando o produto, o rigor técnico, a eficiência, o trabalho. O proprietário empreendedor cedeu espaço para o homem de negócios (VEBLEN, 1964a). Conseqüência disso foi a supremacia “[...] daqueles que são capazes de manejar símbolos sobre aqueles capazes de manipular materiais”, como bem sinalizou Zajdsznajder (1980, p.97). Nesse caso, o estudo da dinâmica econômica não poderia reduzir-se apenas às expressões formais da relação social, mas deveria ser captado por um esforço devidamente municiado por um corpo de saberes que incluía a sociologia, a história ou a antropologia.

Em terceiro, e aqui encontramos um esforço significativo da teoria vebleniana, foi o destaque dado pelo autor à avaliação da magnitude alcançada pelo capital especulativo frente à inferiorização do capital produtivo. A base dessa observação aludia ao controle empresarial, através dos “métodos das modernas finanças”, sobre os desejos de maximização produtiva, reduzindo-se o caráter de empreendimento e realçando-se o de especulação (VEBLEN, 1932, p.175). Consonante com essa constatação, Veblen (1967, p.12-13) apontou para a sedimentação de um sistema legal que se sintonizava com as novas formas de propriedade, respaldando o controle financeiro e a especulação do “proprietário ausente”.

Por fim, acerca dos recursos intangíveis da economia, vale ressaltar que, na investigação vebleniana, eles dão as condições para que a estrutura produtiva alcance um novo estágio, com monopólios, oligopólios e trustes. O autor apontou o sufocamento da “livre competição” como uma manobra freqüente do poder especulativo, tanto para a aferição de lucros extraordinários quanto para a ampliação do controle administrativo do maior número de áreas industriais possível (VEBLEN, 1932). Uma crise setorial, nesse caso, não deixa de ser uma tática bem-vinda para que acionistas ou credores joguem com suas possibilidades imediatas de lucro a partir da “liquidação abrupta” de empresas pouco competitivas (VEBLEN, 1932, p.206).

As condições, porém, em que Veblen demandou tais observações incorporaram os requisitos de sua economia evolucionária e de uma interpretação com forte viés sociológico, pois o autor não se referiu à nova estrutura de crédito ou ao capital financeiro sem apresentar – ou ao menos esboçar – a situação institucional para o seu desenvolvimento. Ou seja, o autor procurou demonstrar que os hábitos de pensamento que confluíam com tais práticas da vida diária, cristalizavam instituições capazes de corroborar um novo nível de relações sociais. A sublimação da ostentação, do ócio e do consumo em larga escala foi demarcada tendo em vista a sua aceitação e reprodução no tecido social, como componente intrínseco da competição pelo status.

Veblen procurou pautar sua análise econômica em princípios menos restritivos do que a economia norte-americana tradicional. Nesse esforço, ampliou o terreno da investigação dos processos produtivos, aproximando-se, em algum grau, da abrangência característica do debate da economia política da primeira metade do XIX. A contribuição de sua economia evolucionária redundou na pluralidade investigativa da economia institucional, espelhando um rol de preocupações e temas desprezados ou de pouca consideração até aquele momento.

Porém, as dificuldades para o sucesso da metodologia institucionalista ou a impossibilidade de sua permanência pelas décadas posteriores à morte de Veblen se filiam a algumas razões que ao menos devem ser apontadas. Considere-se, em primeiro lugar, que mesmo criticando os neoclássicos, nem Veblen nem seus adeptos jamais conseguiram usurpar a posição majoritária daquela corrente econômica, obtendo para o institucionalismo apenas um papel coadjuvante naquele contexto. Por outro lado, a crise de 29 e seus desdobramentos eclipsaram tanto uns quanto outros, isto é, a teoria vebleniana pareceu ter sido atropelada pelas novas preocupações econômicas, enquanto os mais entusiasmados dos neoclássicos viram naufragar algumas premissas de seu arsenal metodológico diante do processo histórico. As condições de época, sabemos, serviram para dar evidência a um outro esquema teórico, cujos elementos mais importantes gravitavam agora em torno da obra de Keynes.

Apesar do pouco sucesso para além dos anos 20, o institucionalismo vebleniano passou a designar um leque de possibilidades, seguindo um roteiro acadêmico heterodoxo se comparado aos fundamentos neoclássicos. Abriu-se, assim, uma nova frente de pesquisa no campo econômico, com renovado fôlego para as discussões da ação coletiva e atribuindo aos componentes culturais e às normas sociais destaque privilegiado. Deslocou-se a capacidade do agente econômico calculista, que tinha por finalidade filtrar as ingerências ambientais e promover ganhos privados – ganhos cuidadosamente equacionados com fins de maximização de sua satisfação econômica. A história, no que concerne ao desenrolar das instituições, tornou-se uma referência importante, pois a dinâmica social passou a ser vista como fenômeno

cumulativo – considerando-se aqui o viés evolutivo presente em Veblen. Por esta razão, Blaug (1990, p.511) apontou três características de natureza metodológica essenciais no pensamento institucional de origem vebleniana: (1ª) a polarização com o “elevado nível de abstração da teoria econômica neoclássica”; (2ª) a importância dada à “integração da ciência econômica com outras ciências sociais, ou o que poderia descrever-se como ‘fé nas vantagens da abordagem interdisciplinar’”; e (3ª) o desacordo com o mero “empiricismo casual da teoria econômica clássica e neoclássica, expresso na proposta de prosseguirem investigações quantitativas pormenorizadas”.

Em Veblen (1969) poderíamos com segurança afirmar que todas as três estão presentes, de modo destacado as duas primeiras, afinal, a teoria vebleniana pontuou a racionalização maximizadora do comportamento humano apenas como ficção se desconsiderarmos o patrimônio institucional no qual o indivíduo se insere. Não por acaso a economia tradicional de sua época foi vista como excessivamente taxonômica pelo autor, preocupada em descrever e classificar objetivamente os padrões econômicos com vistas a identificar qualquer regularidade. Como bem sabemos, a tradição neoclássica baseava suas crenças numa economia que tendia antes para o equilíbrio do que para o desajustamento social. Refugiar-se na idéia de equilíbrio era a possibilidade permitida pela aceitação de certo senso hedonista, conforme o sistema utilitário da economia de então. No panorama geral do debate teórico, Hodgson (1988, p.140) agrupou Veblen aos nomes de Marx e Keynes como “os grandes heréticos do pensamento econômico”, por terem sido os principais responsáveis na tentativa de ampliar o escopo da teoria econômica para além dessa “exclusiva obsessão com o equilíbrio”.

Para Veblen, a economia somente encontraria um novo padrão científico com a compreensão das instituições sociais, daí a insistência nas alianças com a história, a sociologia, a antropologia e demais saberes que pudessem reforçar a interpretação institucional – a “fé nas vantagens da abordagem interdisciplinar”, como sinalizou Blaug (1990). De sua análise depreende-se a insatisfação com a rigidez disciplinar que já se adiantava nas ciências sociais, com a demarcação de campos de conhecimento supostamente isolados. Nesse sentido, sua contribuição, confrontada com as demandas acadêmicas de época, sintoniza-se tanto com o melhor que a sociologia econômica clássica tem a oferecer, quanto manifesta sinais satisfatórios para a interdisciplinaridade da análise sociológica contemporânea.

ARCHEOLOGY OF THE ECONOMICAL SOCIOLOGY: THE CONTRIBUTION OF THORSTEIN VEBLEN

ABSTRACT: *The aim of this article is to evaluate some of the theory components related to the interdisciplinary tradition from the classic economic sociology of Thorstein Veblen (1857-1929), North-American economist and sociologist. Conventionally accepted as one of the most original critics to the Capitalism, Veblen's theory carries the social relations perception in terms of instinct, thinking and life habits, and institutionalization of behavior patterns, reference elements for the comprehension of its institutionalism. Thus, our course in this essay was guided by the sociologist's methodological critics to the neoclassical economical tradition, and also by the particular interpretation of the social sciences inside his works, approaching both the disciplinary universe of the sociology and economics.*

KEYWORDS: *Economical sociology. Institutionalism. Neoclassical economy. Habits.*

REFERÊNCIAS

BLAUG, M. **História do pensamento econômico.** Tradução de Miguel Diogo Carvalho e Branco et al., revisão técnica de José João Marques da Silva e José Luís Cardoso. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

CANUTO, O. O equilíbrio geral de Walras. In: CARNEIRO, R. (Org.). **Os clássicos da economia.** São Paulo: Ática, 2002. p.203-210.

COPELAND, M. A. On the scope and method of economics. In: HODGSON, G. M. (Ed.). **Economics and biology.** Aldershot: E. Elgar Publishing, 1995. p.57-75.

COSER, L. A. Tendências americanas. In: BOTTOMORE, T.; NISBET, R. (Org.). **História da análise sociológica.** Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p.379-420.

DIGGINS, J. P. **El Bardo del salvajismo:** Thorstein Veblen y la teoria social moderna. Traducción de Eduardo L. Suarez. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1983.

GALBRAITH, J. K. **O pensamento econômico em perspectiva:** uma história crítica. Tradução de Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Pioneira; EDUSP, 1989.

HOBBSAWM, E. J. **A era dos impérios:** 1875-1914. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HODGSON, G. M. **Economics and institutions:** a manifesto for a modern institutional economics. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1988.

LALLEMENT, M. Raízes alemãs da sociologia econômica. Tradução de Leonardo Mello e Silva. **Tempo Social:** revista de sociologia da USP, São Paulo, v.18, n.1, p.375-394, jun. 2006.

MONASTÉRIO, L. M. **Guia para Veblen:** um estudo acerca da economia evolucionária. Pelotas: EDUFPEL, 1998.

PAULA, J. A. de. Afinidades eletivas e pensamento econômico: 1870-1914. **Kriterion:** revista de filosofia, Belo Horizonte, v.46, n.111, p.70-90, jun. 2005.

RAUD-MATTEDI, C. A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** São Paulo, v.20, n.57, p.127-142, fev. 2005.

STEINER, P. **Sociologia econômica.** São Paulo: Atlas, 2006.

SWEDBERG, R. Sociologia econômica: hoje e ontem. Tradução de Sergio Miceli. **Tempo Social:** revista de sociologia da USP, São Paulo, v.16, n.2, p.7-34, nov. 2004.

VEBLEN, T. **Veblen on Marx, race, science and economics:** the place of science in modern civilization and other essays. New York: Capricorn Books, 1969.

_____. **Absentee ownership and business enterprise in recent times:** the case of America. Boston: Beacon Press, 1967.

_____. **A teoria da classe ociosa:** um estudo econômico das instituições. Tradução de Olívia Krähenbühl. São Paulo Pioneira, 1965.

_____. **The vested interests and the common man:** the modern point of view and the new order. New York: A. M. Kelley, 1964a.

_____. **Essays in our changing order.** New York: A. M. Kelley, 1964b.

_____. **The theory of business enterprise.** New York: Charles Scribner's Sons, 1932.

VINHA, V. da. Polanyi e a nova sociologia econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social. **Econômica,** Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.207-230, dez. 2001.

ZAJDSZNAJDER, Luciano. A economia institucional de Thorstein Veblen. **Revista de Administração Pública,** Rio de Janeiro, v.14, n.1, p.79-101, jan./mar. 1980.